



PARECER PRÉVIO Nº 11/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10950/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Amaturá.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sr. João Braga Dias, Prefeito Municipal de Amaturá.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5199/2016-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls.2400/2406).
- 8- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Amaturá. Exercício de 2014.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 9.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a Desaprovação** das contas anuais do **Sr. João Braga Dias**, Prefeito Municipal de Amaturá, relativas ao exercício financeiro de 2014, tendo em vista a configuração de irregularidades insanáveis, resultado de atos dolosos que caracterizam improbidade administrativa, tal como constante da fundamentação *supra*, tudo isto com base na competência fixada a esta Corte de Contas, pelo art. 71, I combinado com o art. 75, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e no art. 127 da Constituição do Estado do Amazonas.
- 9.2. **Oficiar a Câmara Municipal de Amaturá** para que dê cumprimento ao disposto no art. 127, §§ 5º, 6º e 7º, da Constituição do Estado do Amazonas, em especial o prazo de 60 dias para o julgamento das contas;

10- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.



PARECER PRÉVIO Nº 11/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

11- Data da Sessão: 14 de Março de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Relator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 11/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 11/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 10950/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Amaturá.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sr. João Braga Dias, Prefeito Municipal de Amaturá.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5199/2016-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls.2400/2406).
- 8- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Amaturá. Exercício de 2014.

Irregularidade. Alcance. Multa. Concessão de Prazo. Determinação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas do **Sr. João Braga Dias**, responsável como ordenador de despesas, pela Prefeitura Municipal de Amaturá, exercício 2014, conforme art. 22, III, alíneas “b” e “c” c/c o art. 25, da Lei nº 2423/96-LO/TCE, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta intrusão;
- 9.2. **Considerar em Alcance** o **Sr. João Braga Dias**, no valor de R\$ 14.001,00 (quatorze mil e um reais), com base no art. 304, I da Resolução TCE/AM nº 04/2002, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para a Prefeitura Municipal de Amaturá em face de gastos não comprovados em favor do interesse público relativos a compra de combustível. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.3. **Aplicar Multa** ao **Sr. João Braga Dias**, no valor de R\$ 41.649,18 (quarenta e um mil, seissentos e quarenta e nove reais e dezoito centavos), que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, no prazo de 30 dias, em face às seguintes impropriedades:



ACÓRDÃO Nº 11/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 11/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

9.3.1. No valor de R\$ 19.728,54 (dezenove mil, setecentos e vinte e oito reais e cinquenta e quatro centavos), com base no art. 308, II da Resolução nº 04/2002, por atraso:

a) de janeiro à dezembro dos balancetes mensais ao sistema e-contas (12 x R\$ 1.096,03);

b) dos 6 (seis) bimestres do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (6 x R\$ 1.096,03).

9.3.2. No valor de R\$ 21.920,64 (vinte e um mil, novecentos e vinte reais e sessenta e quatro centavos), nos termos do art. 54, II da Lei nº 2423/1996, c/c o art. 308, VI da Resolução TCE/AM nº 04/2002, por atos de grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, em decorrência das irregularidades descritas nos itens 16.2, 16.6, 17.3, 17.4, 17.5, 17.6 e 17.13 do Relatório/Voto.

9.4. Conceder Prazo ao Sr. João Braga Dias de 30 dias de prazo para recolhimento;

9.5. Determinar à Sepleno - Secretaria do Tribunal Pleno que:

9.5.1. encaminhe ao Ministério Público do Estado do Amazonas, as peças processuais necessárias à demonstração de necessidade de investigação e apuração do ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 22 da Lei nº 8429/92, imediatamente após a publicação da Decisão que resultar deste processo, tendo em vista os prazos prescricionais previstos no art. 25 da referida Lei;

9.5.2. encaminhe ao Tribunal de Justiça do Amazonas as cópias do Relatório/Voto e Acórdão, para que tome ciência acerca de gastos que originariamente são daquele Órgão Judiciário, efetuados pela Prefeitura Municipal de Amaturá, conforme itens 17.5 e 17.6 do Voto e tome as medidas internas que entender cabíveis;

9.5.3. encaminhe à Conselheira-Relatora das Contas do Tribunal de Justiça (TJ/AM), exercício de 2014, cópia do Relatório/Voto e Acórdão, para que tome ciência e adote as providências que entender necessárias, acerca do item acima;



ACÓRDÃO Nº 11/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 11/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

9.5.4. encaminhar ao Tribunal de Contas da União (TCU) o rol de documentos necessários (fls.1140/2200) em relação a dados que são de sua competência de análise.

9.6. Determinar à Secex - Secretaria Geral do Controle Externo:

9.6.1. que na comissão dos próximos exercícios, inclua na inspeção itens relativos à contratação para a aquisição de combustíveis, inclusive em comparação com os preços de mercado;

9.6.2. que a comissão responsável, ao elaborar o relatório de inspeção dos próximos exercícios, leve em consideração os itens não sanados e as determinações constantes no acórdão.

9.7. Determinar à Prefeitura Municipal de Amaturá:

9.7.1. que a partir do exercício em que tomar ciência do Parecer/Acórdão destas Contas, efetue medidas para o registro de todos os bens de caráter permanente, bem como das fichas funcionais e financeiras, e as demonstre na respectiva prestação de contas, sob pena de multa;

9.7.2. que proceda à designação de servidor do quadro da Prefeitura para a fiscalização de contratos do Poder Executivo, nos termos do art. 67 da Lei nº 8666/1993;

9.7.3. que observe o disposto no art. 62 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2001), regularizando o custeio, de qualquer espécie, das despesas de outros entes da federação;

9.7.4. que planeje e demonstre as medidas tomadas para adequação à Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);

9.7.5. que demonstre, na próxima prestação de contas, o cumprimento do compromisso firmado na defesa, de que no exercício de 2016, o fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estará em atividades para propiciar a autonomia do respectivo Conselho Municipal;

9.7.6. que seja observado e cumprido o prazo para recolhimento dos encargos sociais retidos da remuneração dos servidores;



ACÓRDÃO Nº 11/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 11/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

9.7.7. por fim, que mantenha organizado todos os documentos relativos às indenizações trabalhistas.

13- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

10- Data da Sessão: 14 de Março de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Erico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral